
A Primeira Biblioteca Pública Portuguesa, 1775-1795

Planos, Projectos e Primeiros Fundos*

MANUELA D. DOMINGOS

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro

O TERRAMOTO que assolou Lisboa nos finais de 1755, ficaram destruídas as mais importantes bibliotecas da capital: a Biblioteca Real, as de titulares como o Duque de Lafões, o Marquês do Lourçal e o Conde de Vimieiro e as Conventuais dos Dominicanos, Carmelitas, Oratorianos. A dos Teatinos, que não se perdeu por completo, sofreu danos muito consideráveis.

De facto, as bibliotecas referidas — além de muitas outras, fora de Lisboa — tinham merecido a atenção dos eruditos. Por exemplo, o Padre Louis Jacob, cita-os no seu célebre *Traicté des plus belles bibliothèques publiques et particulières [...] dans le mon-*

de (escrito para a reedição do texto de Gabriel Naudé, *Avis pour dresser une bibliothèque*), em 1644.

Na primeira metade do século XVIII, o monarca D. João V (1689-1750) dispendeu enormes somas em compras aos livreiros estrangeiros, destinadas à Biblioteca Real e a outras que especialmente protegia, como as de Coimbra e Mafra, as dos Oratorianos e Teatinos em Lisboa.

Um dos mercadores de livros mais importantes da época, o francês Pedro Gendron, homem erudito em conhecimentos bibliográficos e que conhecia muitas bibliotecas da Europa, afirmava que nenhuma vira provida de tantas edições antigas como a Real.

A meados de Setecentos, a Biblioteca Real — instalada no Palácio da Ribeira — não tinha capacidade para albergar essas remessas de livros que

* Versão portuguesa alargada da Comunicação apresentada na sessão inaugural da «Round Table on Library History», IFLA, Barcelona, Agosto de 1993.

chegavam constantemente do estrangeiro. O Rei D. João V encarregara um grupo de ilustres personalidades da Real Academia da História de elaborar os catálogos da biblioteca, por matérias, segundo as suas especialidades. Infelizmente, também esse trabalho se perdeu, não chegando a publicar-se, tornando-se hoje impossível avaliar com rigor, o seu conteúdo e extensão.

Na mesma época, algumas bibliotecas conventuais, ligadas aos centros de ensino, abriam as suas «livrarias públicas» — habitualmente destinadas aos escolares — admitindo grupos restritos de estudiosos ou interessados, destacando-se, em Lisboa, a dos Dominicanos.

Também as bibliotecas de alguns notáveis — nobres e dignitários eclesiásticos — franqueavam os seus tesouros, mas apenas a reduzido número de amigos e estudiosos.

Os prejuízos causados pelo Terramoto foram, materialmente, incalculáveis. Porém, o esforço de recuperação da capital destruída e do Reino abalado, apesar da escassez de meios, revelou-se o poderoso motor de transformações económicas, sociais e culturais. O «Despotismo Esclarecido» incarnado pelo Primeiro Ministro, Sebastião J. de Carvalho e Melo (1699-1782), o futuro Marquês de Pombal, edificou outra cidade — a «Lisboa cidade das luzes» (J.-A. França) — em vez da antiga capital, apertada numa malha urbana

multissecular. Sinal de um tempo de mudanças que se reflecte quer nos edifícios, quer nas instituições sociais e culturais, como os novos centros de ensino, a Universidade e, também, a(s) Biblioteca(s). Entre estas, figurará a BIBLIOTECA PÚBLICA criada com objectivos, planos, meios e colecções bem definidos (ainda que nem todos realizados!), numa lógica que se inscreve no mesmo espírito da reconstrução do país, a seguir à catástrofe.

Lógica do Estado restaurado, que se ergue nas coordenadas definidas pelo Despotismo Esclarecido e pela inspiração Regalista, desenvolvida com matizes próprios, manifesta na expulsão dos Jesuítas, que teve um alastramento, diplomaticamente calculado, nos demais países católicos. Ao culminar tal processo, com a extinção da Companhia de Jesus (em 1773), Pombal tinha assegurada uma «notoriedade» europeia que justificava projectos nacionais em curso.

Os protagonistas da mudança

A expulsão dos Jesuítas do país teve como objectivo imediato (entre outros) o de acabar com a sua preponderância nos centros de ensino, incluídas as Universidades de Coimbra e de Évora. Iniciando-se, a partir daí, os trabalhos da reforma que, paulatinamente, iriam estender-se a todos os graus de ensino, começando pelos «estudos menores», com a nomeação de professores, alterações

de manuais escolares etc., sob orientação de uma Direcção de Estudos estatal.

Numa perspectiva convergente, foi também criado um novo Tribunal com atribuições específicas no controlo da impressão, circulação e posse de livros, em todo o território. Competindo-lhe aplicar as novas regras da «política do livro» de acordo com as directrizes globais do Estado, que se assumia como «protector da doutrina católica», independentemente de Roma. Este Tribunal — a REAL MESA CENSÓRIA — reuniu os poderes censoriais anteriormente distribuídos pela Inquisição, Ordinário (Bispo) e Desembargo do Paço, incluindo a elaboração de um Catálogo de obras proibidas.

Um dos mercadores de livros mais importantes da época, o francês Pedro Gendron, homem erudito em conhecimentos bibliográficos e que conhecia muitas bibliotecas da Europa, afirmava que nenhuma vira provida de tantas edições antigas como a Real.

Personalidades de grande envergadura intelectual ocuparam-se de tais tarefas, difíceis de circunscrever nos limites clássicos dos organismos de censura. Além do mais, porque um dos seus trabalhos prioritários consistia em eliminar quaisquer vestígios de inspiração jesuítica, desde

os manuais escolares de sua autoria — fossem Gramáticas de Latim, Tratados de Filosofia e Teologia ou manuais de devoção e vidas de santos...

Pela grande notoriedade que o Tribunal e, principalmente, as suas figuras cimeiras atingiram, foram-lhe sucessivamente atribuídas outras funções, como a Direcção de Estudos Secundários e a do Colégio dos Nobres.

Entre esses colaboradores de Pombal, no campo do ensino e da cultura, destaca-se claramente Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas (1724-1814) que, no princípio dos anos 70, é Presidente da Real Mesa Censória e da Junta do Subsídio Literário; trabalha na reforma da Universidade de Coimbra e é Perceptor do Príncipe D. José, neto do Monarca. Religioso da Ordem Terceira da Penitência, de que também foi Provincial, tinha sido professor da Universidade de Coimbra e era também um bibliófilo apaixonado. Seria o criador e mecenas das melhores bibliotecas fundadas ou reconstruídas na segunda metade do século.

Profundo conhecedor da vida intelectual dos outros países da Europa, mantinha correspondência assídua com destacados contemporâneos, por exemplo, de Espanha — como Gregorio Mayáns, Francisco Pérez-Bayer, José Martínez Moreno, irmãos Rodríguez-Mohedano. De uma longa viagem nos anos 50, em que visitara demoradamente Espa-

nha, França e Itália — fora a Roma assitir a um Capítulo Geral da sua Ordem —, trouxera inúmeros contactos com personalidades e instituições culturais do seu tempo e dera-se conta dos novos rumos das ciências, dos estudos linguísticos, etc. Nas suas memórias, recordando o impacto produzido por aquelas instituições, escreve: «As famosas Bibliotecas que se apresentavam à nossa curiosidade nas cidades eruditas da nossa passagem, levantavam milhares de ideias que se começaram a reproduzir como o tempo ia permitindo».

A ideia da Biblioteca Pública

Neste contexto, enquadra-se melhor o facto de ser este homem o protagonista principal da criação de uma BIBLIOTECA PÚBLICA no âmbito da Real Mesa Censória, nos anos do apogeu desta, quando era seu Presidente.

Sentia claramente a necessidade da Biblioteca na capital, com âmbito mais alargado que as anteriormente existentes e, entretanto, desaparecidas. Assim, em 1772, propôs ao rei D. José (1717-1777) a criação de um imposto sobre as bebidas alcoólicas — o «subsídio literário» — para financiar a rede de escolas menores em todo o país, pagar aos respectivos professores régios e editar novos manuais. Mas, a sua iniciativa foi mais longe, ao prever DIGNAS E URGEN-

TES APLICAÇÕES para os excedentes daquele imposto, cuja cobrança também coordenaria:

«Primeira aplicação: a compra sucessiva, e inextinguível de livros para a BIBLIOTECA PÚBLICA, dirigida pela Mesa Censória. De tal forma que a riqueza do «Erário Real chegasse a formar uma das mais importantes Bibliotecas da Europa, também decorada de preciosos Manuscritos e dos livros mais raros e escolhidos.

Segunda aplicação: a composição de um MUSEU DE RARIDADES de que dão exemplo de estímulo e paixão as Nações cultas que em breve receberiam exemplo significativo desta capital».

O património inicial

Estas grandes linhas programáticas anunciam um plano ambicioso e dinâmico para a Biblioteca da Mesa Censória, que vinha a cristalizar na mente de Frei Manuel do Cenáculo e seria objecto de diversas propostas nesse sentido, relativas aos primeiros fundos, aos meios económicos para o seu desenvolvimento, ao pessoal e ao edifício.

De facto, o vasto conjunto das livrarias dos Colégios e Casas da Companhia de Jesus, desde a sua expulsão do país (em 1759), tinha sido inventariado e apreendido, como todos os demais bens móveis e

imóveis. O mau estado de algumas dessas bibliotecas tinha-se acentuado, pelas condições em que se mantinham, passada mais de uma década.

Para realizar o seu projecto, Cenáculo contou com esse grande património inicial, capaz de refazer a «memória bibliográfica» do Reino, salva do Terramoto. Objectivo importante e inadiável, sobretudo na capital do país, que, em todos os sentidos, se procurava reconstruir com a dinâmica do tempo que se vivia.

«As famosas Bibliotecas que se apresentavam à nossa curiosidade nas cidades eruditas da nossa passagem, levantavam milhares de ideias que se começaram a reproduzir como o tempo ia permitindo».

O destino de algumas das Bibliotecas ligadas aos grandes Colégios dos Jesuítas foi, quase directo, o dos centros de ensino nascentes das reformas em curso. Por exemplo, as Bibliotecas do Colégio de Santo Antão e da Casa de Arroios (em Lisboa) foram destinadas ao novo Colégio dos Nobres, «exceptuando os livros de Teologia» e afins (pelo menos na teoria); a do Colégio das Artes, de Coimbra, foi destinada à Universidade, tal como os próprios edifícios, etc.

Quando se regista na Mesa Censória — e noutros organismos compe-

tentes — a decisão Pombalina de recolher os livros das Casas e Colégios de todo o país, incluindo as ilhas da Madeira e Açores, muitas dessas operações já estavam a decorrer, apesar das dificuldades que apresentavam.

Por estas razões, é duplamente interessante a proposta do Bispo Presidente da Real Mesa Censória. Perante um património tão vasto e disperso não só propõe a sua recuperação e utilização numa Biblioteca, como «projecta» esta, muito para além desse núcleo inicial, com uma dimensão ambiciosa. Propõe que lhe sejam destinados importantes meios económicos para a «compra sucessiva e inextinguível de livros e manuscritos» dos mais raros e escolhidos, querendo fazer dela uma das melhores da Europa, que ele bem conhecia...

Entretanto, consegue autorização para vender «livros duplicados» dos que iam chegando para, com essas verbas, comprar outros que não existiam. E, também do rendimento dos bens sequestrados à Companhia de Jesus, se pagavam fornecimentos de livros para a Biblioteca.

Os meios humanos

Ao mesmo tempo, com grande sentido do real, atendia aos meios materiais e humanos de que dispunha, preparando a execução daqueles projectos quase «utópicos», se

não se tivessem desenvolvido nos anos áureos da acção Pombalina, quando aos seus consultores mais ilustrados, se juntavam os executores necessários em todos os níveis.

Os Deputados da Mesa Censória não podiam, obviamente, seguir de perto o desenvolvimento desta Biblioteca em formação. Foi portanto nomeado um (sub)Bibliotecário, homem de letras e prestígio, para fazê-lo. E, algum tempo depois, são contratados funcionários para sua guarda e limpeza, pois os da Secretaria da Mesa não podiam ocupar-se de tais tarefas, num tempo de trabalho crescente no organismo de censura, a que se juntavam as dificuldades próprias das instalações provisórias que, sucessivamente, vinha a ocupar.

O crescimento dos fundos

Quer dizer: enquanto se projectava a grande Biblioteca Pública, reuniam-se fundos bibliográficos a ela destinados, procurando aumentá-los também pelas aquisições no mercado livreiro, aliás bem fornecido, da época. As compras eram feitas, sobretudo, através da Imprensa Régia (também de recente instituição), que abrira loja de livros anexa, sob a direcção do conhecido impressor-livreiro italiano, Nicolau Pagliarini, que, em Roma, prestara directos serviços à política Pombalina anti-jesuítica e viera depois para Portu-

gal. Aqui dirigia aqueles estabelecimentos e estava encarregado da arrumação e ordenação da Biblioteca do Colégio dos Nobres e da Biblioteca Real.

O único catálogo de fundos que existe, é o *Catálogo Alfabético* destas compras. Abrangendo pouco mais de mil autores, manifesta, no entanto, uma preocupação assinalável no campo da Bibliografia e das obras de referência indispensáveis numa Biblioteca.

Para realizar o seu projecto, Cenáculo contou com esse grande património inicial, capaz de refazer a «memória bibliográfica» do Reino, salva do Teramoto.

Outras aquisições privilegiadas efectuaram-se no «comércio de ocasião». Foi o caso singular do leilão da importante Biblioteca de D. José Peçanha. O valor das suas colecções era conhecido — livros seiscentistas italianos de todas as matérias; livros franceses, espanhóis e portugueses antigos e recentes; autores clássicos, livros de estampas, etc. Foi uma oportunidade excepcional de enriquecer a Biblioteca da Mesa. Nicolau Pagliarini, encarregado pelo Marquês de Pombal de fazer o inventário e imprimir o Catálogo — o primeiro que se conhece de um leilão português (1775) —, enviara-o a Frei Manuel do Cenáculo para escolher

algumas edições raríssimas que não deveriam perder-se. Assim aconteceu. Centenas de livros foram adquiridos e pagos com verbas do Subsídio Literário.

No plano da organização davam-se os passos necessários para tornar operacionais tais colecções, de modo a irem servindo de Biblioteca de apoio aos Censores da Real Mesa.

Este «cúmulo» de trabalhos — e também de dificuldades — plasmava-se, com muito realismo, nas reflexões do seu mentor, que não perdia de vista o plano da grande Biblioteca Pública com que sonhava, para além da resolução destes problemas imediatos. Escrevia, cerca de 1773: «Como a Biblioteca cresce quotidianamente, e ao presente pode ser que se ache com 40 000 volumes; por falta de digestão e oficiais tem-se absterido os Ministros da Mesa de se valerem dos livros desta, sendo muito necessários dois ajudantes de Bibliotecário para vigiarem, coordenarem e executarem tudo o que é imprescindível quando uma Biblioteca começa a funcionar, ainda que seja somente para os Ministros e, para além disso, estar acessível, limpa e bem conservada.»

Instalações condignas: o Projecto de Cenáculo

O crescimento da Biblioteca, mesmo nesta fase, requeria instalações cada vez mais amplas, para

albergar dezenas de milhar de volumes chegados de modo desordenado, mantidos sem condições nos depósitos onde tinham estado muitos anos. Além disso, o próprio Tribunal com as suas salas de reunião e Secretaria, depósitos de livros para rever, etc., continuava em instalações provisórias, várias vezes trocadas ou cedidas por outros organismos.

Ora, a BIBLIOTECA PÚBLICA que se preparava, exigia edifício de acordo com o seu projecto reitor, capaz de colmatar a falta das desaparecidas e, sobretudo, à medida dos tempos que se viviam na Europa, nesses anos de 1770.

Ao mesmo tempo, com grande sentido do real, atendia aos meios materiais e humanos de que dispunha, preparando a execução daqueles projectos quase «utópicos».

Em plena época da reconstrução de Lisboa, numa das suas fases mais aceleradas e magnânimas, o Presidente da Mesa Censória traça as grandes linhas e enuncia os mais pequenos pormenores do futuro Edifício da Biblioteca. Plano excelente, de que se conhece o circuito, pois uma nota manuscrita de Cenáculo, datada de 4 de Julho de 1773, indica ter enviado essas directizes para Reynaldo Manuel, o Arquitecto Geral das Obras Públicas, encarregado da reconstrução da capital.

A Biblioteca precisava de edifício grande, «bem proporcionado, magestoso», com capacidade para albergar milhares de volumes, tal como as grandes Bibliotecas da Europa «em algumas das quais há cem, duzentos, trezentos mil volumes ou mais». Devia poder receber as aquisições que, ora frequentes ora lentas, deviam ser «perpétuas e ilimitadas».

Um grande Atrio, «indispensável para ornato», daria acesso ao andar principal onde ficava situada a grande Sala Pública, onde os particulares deviam estudar sob o olhar dos bibliotecários e dos guardas; os gabinetes para os Censores e os Ministros e os gabinetes para amanuenses e copistas. Depois, com especial relevo, o gabinete do Bibliotecário Maior e as salas para os livros — distribuídos por faculdades e matérias — e para o trabalho dos bibliotecários.

Outras aquisições privilegiadas efectuaram-se no «comércio de ocasião». Foi o caso singular do leilão da importante Biblioteca de D. José Peçanha.

Diversas salas para mapas, globos, etc.; para raridades e «segredo»; outra para manuscritos, com capacidade para milhares de volumes e códices. Finalmente, as salas ou uma Galeria para Monetário, desenhos, estampas e pinturas de Mestres que são «ornato essencial de uma biblioteca». Prevendo ainda oficinas de

encadernação e depósitos de materiais, e locais onde pudessem vir a guardar-se livros e manuscritos, prevendo o crescimento futuro.

É interessante notar até onde chegam a meticulosidade e a amplitude de visão do ilustre bibliófilo. As instalações deveriam ter capacidade para receber «livros e livrarias inteiras que se comprarem, antes de serem distribuídas, vendidas ou trocadas»; ter depósitos para «livros de inferior qualidade, pois tudo o que se imprimir deve existir numa Biblioteca Pública».

À medida da reconstrução de Lisboa, também este projecto se reveste de uma monumentalidade que, sem dúvida, «évoque la possibilité, babé-lienne de rassembler et d'ouvrir à tous tous les savoirs et toute la mémoire du monde» (à maneira de J. L. Borges), como recordou Daniel Roche, recentemente.

Passados dois anos sobre o referido projecto, um Decreto do Rei D. José (2. Outubro. 1775), tecendo os maiores elogios a todas as actividades da Real Mesa Censória, pronuncia-se sobre a sua Biblioteca. Tendo atingido os 60 000 volumes e pretendendo a Mesa «aumentá-la a ponto de se fazer pública em benefício geral de todos os [...] que nela se quiserem instruir», precisava de instalações adequadas para sua acomodação e de seus acessórios. Aprovando a sugestão de financiar as obras através do Subsídio Literário — como preconizara Frei Manuel do Cenáculo —,

o Rei fazia «mercê da posse e uso do Edifício do lado ocidental da Real Praça do Comércio» para a Mesa Censória instalar todos os seus serviços, incluída a Biblioteca.

O TEMPO DA CONSTRUÇÃO, não foi o tempo dos seus Projectores/Arquitectos, decidida nos finais de 1775, depois de inaugurada a estátua equestre de D. José. Encenara-se, para tal ocasião, a Praça do Comércio como se estivesse concluída nas suas três alas, abrindo sobre o Tejo. Porém, apenas o lado Oriental e parte do Norte estavam construídos e o «grande Edifício do lado Ocidental», onde ficaria a Biblioteca, só viria a construir-se depois, à medida que se retiravam os SIMULACROS de construção, feitos em madeira.

As instalações deveriam ter capacidade para receber «livros e livrarias inteiras que se comprarem, antes de serem distribuídas, vendidas ou trocadas»; ter depósitos para «livros de inferior qualidade, pois tudo o que se imprimir deve existir numa Biblioteca Pública».

Mais de uma década demorou tal edificação. Com a morte do Rei e o afastamento do Ministro; com as novas prioridades do Governo da rainha D. Maria I (1734-1816) as obras de Lisboa foram interrompidas. E, quando se acabou tal Edifício, a outras funções foi destinado, conti-

nuando a Biblioteca deficientemente instalada, no lado Oriental da mesma Praça.

Numa viagem a Portugal, nos fins de 1782, o erudito Numismata espanhol Francisco Pérez-Bayer — que seria Bibliotecário da Biblioteca Real —, descreve a visita que fez à Biblioteca da Mesa Censória, referindo claramente, «*que esta en la misma Alfandega Vieja. Es una pieza con outras dos agregadas que entre todas hacen un vaso muy capaz; pero son muy bajos de techo; copia de libros, pero casi acinados y aun sin arreglo*». Nada de especial lhe atraiu a atenção, uma vez que os manuscritos dos Jesuítas, que procurava, não estavam lá.

Não se sabe exactamente quando se tranferiu a Mesa Censória para a «parte» do novo Edifício, que lhe foi atribuído. José Correia da Serra, o primeiro Secretário da Academia das Ciências, escrevendo em 1785, para a segunda edição da *Encyclopédie Méthodique* (um artigo que, infelizmente, não chegou a tempo de publicação), ocupando-se da reedificação de Lisboa, cita como já instalados na grande Praça do Terreiro do Paço, todos os Tribunais, a BIBLIOTECA, a Alfândega, a Bolsa e outros estabelecimentos.

«Balanço» da Biblioteca Pública

Poderá, então, afirmar-se que existiu ESTA Biblioteca Pública? Cremos que sim, mesmo que a sua abertura

ao público tenha sido muito restrita no tempo.

Ao longo de duas décadas, com altos e baixos, avanços e retrocessos, assistiu-se ao desenrolar de um projecto que, em todas as vertentes, chegou a bom termo. A Biblioteca da Mesa Censória não foi um depósito de livros portugueses para censurar e de estrangeiros à espera de revisão para circularem. Nem um amontoado de livros velhos.

Além dos eventuais préstimos a estudiosos, que hoje não podemos documentar, serviu, pelo menos, para reunir e rentabilizar o património disperso de muitas Bibliotecas da Companhia de Jesus. E, essa reunião, teve um objectivo claro: fazer uma Biblioteca aberta a todos. Ao mesmo tempo que surgiram e se refizeram outras, começando pela Biblioteca Real, onde não se retiveram essas colecções que, também ali, podiam ter servido de fundo inicial e de «moeda de troca» para novas compras. Como aconteceu, por exemplo, em Espanha por idênticos motivos.

O objectivo desenvolveu-se noutra vertente maior, o das compras de livros novos: edições recentes e obras de base adequadas a uma Biblioteca, que arranca nas décadas finais do século XVIII. Também não se poupou dinheiro para adquirir obras de colecções particulares que apareceram no mercado de ocasião.

A «ideia» da Biblioteca Pública algo avançou, também, na organização desses fundos. Encarregando-se

do seu arranjo e manutenção, pessoal próprio e competente, ainda que escasso para as necessidades que se conheciam.

Projectou-se o Edifício adequado e magnífico, à medida do país que se desejava. É certo que não foi rapidamente executado, que não permitiu a instalação desejada, mas foi feito, ao fim e ao cabo. Acabou por acolher a Biblioteca, com as restrições próprias da época.

A Biblioteca da Mesa Censória não foi um depósito de livros portugueses para censurar e de estrangeiros à espera de revisão para circularem. Nem um amontoado de livros velhos.

Múltiplas circunstâncias permitiram erosões irreparáveis. O pessoal escasseou e envelheceu. A incúria, a diversos níveis, permitiu «distracções» do património e desrespeito por esses bens culturais, chamados livros.

Mas, seria um «balanço» injusto considerar inexistente ou apenas um velho depósito de livros o que foi a BIBLIOTECA PÚBLICA projectada, digna do seu tempo e começada nos anos 1770-1775.

Vinte anos depois, chamado a pronunciar-se sobre o estado em que se encontrava «a Livraria que estivera a cargo da Mesa Censória», o Lente de Coimbra e primeiro Bibliotecário da sua Biblioteca, António Ribeiro dos

Santos, traça um panorama algo desolador dos estragos sofridos por aquelas colecções e da situação deplorável em que se encontravam.

Seria um «balanço» injusto considerar inexistente ou apenas um velho depósito de livros o que foi a Biblioteca Pública projectada, digna do seu tempo e começada nos anos 1770-1775.

Na sua estimativa, calcula em mais de 50 000 volumes os fundos reunidos e coleccionados, «entre eles livros excelentes e de alto custo e muitas colecções de obras valiosas principalmente de História Literária, Crónicas Portuguesas, traduções de Clássicos Gregos e Latinos, o que *já é um grande fundo para servir ao estabelecimento da Real Biblioteca Pública da Corte*». Era urgente pôr tudo em ordem, limpar, arrumar, catalogar; contratar pessoal para todas essas funções; dispor de verbas para aquisições de livros novos, edições raras, manuscritos...

Os trabalhos começaram imediatamente conforme sugerira.

A Biblioteca Pública da Corte será fundada um ano depois (em 1796) e Ribeiro dos Santos nomeado seu Bibliotecário-Mor.

Quando projectou, finalmente, ABRIR AO PÚBLICO a Instituição, escreveu a Frei Manuel do Cenáculo (então Arcebispo de Évora) uma carta esclarecedora, de profunda

admiração e gratidão. É um testemunho evidente do ponto de partida e do itinerário daquela ideia, finalmente levada ao seu termo. «A Real Biblioteca Pública [...] tem de franquear com brevidade ao público as preciosas Colecções de Livros, com que V. Ex.^a a preparou e enriqueceu nos ditos dias do seu Governo Literário». Por isso, considera seu dever dar-lhe a notícia da abertura. Mais que ninguém, desejava sabê-la. «Cumpria-se a execução de estabelecimento tão útil à nação» e «que fora tanto em outro tempo dos ardentes desejos e cuidados» do Prelado.

Ribeiro dos Santos, ao manifestar tal reconhecimento pelos antigos benefícios, considera-o ainda, justamente, o «Primeiro Benfeitor e Director da Biblioteca Pública da Corte».

«A Real Biblioteca Pública [...] tem de franquear com brevidade ao público as preciosas Colecções de Livros, com que V. Ex.^a a preparou e enriqueceu nos ditos dias do seu Governo Literário».

Era o projecto, de raízes bem profundas, que chegava à meta, pelas mãos de quem avaliava toda a dimensão desse passado, que assumia como «herança global».

Coube-lhe projectar e realizar a sua «construção interna»: do Sistema de Saberes que presidiu à arrumação dos livros, aos Regulamentos, aquisições...

Os primeiros inventários rigorosos de Fundos herdados e adquiridos e os *Catálogos Metódicos e Alfabéticos* culminam a sua obra.

Sem solução de continuidade, passados dois séculos, é hoje a Biblioteca Nacional.

Bibliografia

ALMEIDA, Luís Ferrand

«D. João V e a Biblioteca Real», *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 36, 1991, pp. 413-438.

ANDRADE, António Banha de

A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771). Coimbra, Universidade, 1981-84, 2 vol.

BALAYÉ, Simone

La Bibliothèque Nationale des origines à 1800. Genève, Droz, 1988.

DIAS, L. F. Carvalho

Inéditos de António Ribeiro dos Santos. Coimbra, 1976.

DOMINGOS, Manuela D.

«A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos (1775-1795)», *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 5 (1) 1990, p. 139-160.

«Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória», *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 7 (1) 1992, pp. 137-158.

ESCOLAR, Hipólito

Historia de las Bibliotecas. Madrid, Fund. Germán Sánchez-Ruipérez/Ediciones Pirámide, 1985.

FRANÇA, J.-A.

Lisboa Pombalina, cidade do Iluminismo. 3.^a ed., Lisboa, Bertrand, 1987.

MARCADE, Jacques

Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, Evêque de Beja, Archevêque d'Evora (1770-1814). Paris, F. Calouste Gulbenkian, C. C. Portugais, 1978.

PIWNIK, Marie-Helène

«La correspondance Mayáns-Cenáculo», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 20, 1984; 22, 1986.

PROENÇA, Raúl

«Antecedentes e origens da Biblioteca Nacional de Lisboa», *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, 7 (11) 1922, pp. 154-165.

RIBEIRO, José Silvestre

Apontamentos históricos sobre Bibliotecas Portuguesas. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914.

ROCHE, Daniel

«Lumières», *Autrement*, Paris, avril, 1991 [«La Bibliothèque: miroir de l'âme, memoire du monde»].

VASCONCELOS, J. Leite de

«Viagem de Pérez-Bayer a Portugal em 1782», *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 24, 1920, pp. 108-176.